

**“OS PÊSSEGOS NÃO CAEM DO CÉU”: RELAÇÕES DE TRABALHO E
AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE PELOTAS-RS****“PEACHES DON'T FALL FROM THE SKY”: WORKING RELATIONS AND
FAMILY AGRICULTURE IN THE PELOTAS-RS REGION****“LOS DURAZNOS NO CAEN DEL CIELO”: RELACIONES LABORALES Y
AGRICULTURA FAMILIAR EN LA REGIÓN PELOTAS-RS**Patrícia Schneider Severo¹Flávio Sacco dos Anjos²Fernanda Novo da Silva³**RESUMO**

Um dos traços fundamentais que definem a agricultura familiar é a centralidade do trabalho doméstico nos processos produtivos. Todavia, claras são as evidências de que as mutações demográficas, sobretudo o processo de envelhecimento da força de trabalho rural, trazem consigo uma série de desdobramentos sobre o modo como operam hoje tais explorações, ameaçando sua continuidade. Esse fenômeno impacta fortemente os estados meridionais do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul. É no extremo sul gaúcho que a cultura do pêssigo foi implantada no século XIX por imigrantes europeus, a qual é majoritariamente conduzida em explorações familiares. A produção tanto pode ser destinada para fabricação de compotas como para o consumo in natura. Trata-se de cultivo que ocupa um grande número de trabalhadores externos (safristas) nas operações de poda, raleio e especialmente colheita. Não obstante, nos últimos anos há um flagrante descenso na disponibilidade dessa mão de obra rural por conta das transformações gerais que incidem sobre o campo. O objetivo central desse artigo é analisar as relações de trabalho tecidas entre produtores familiares e os trabalhadores empregados durante o ciclo do pêssigo. A investigação envolveu a realização de vinte entrevistas em profundidade e de outras técnicas de pesquisa. O estudo trouxe à luz a invisibilidade das relações tecidas entre produtores e a força de trabalho empregada durante o ciclo produtivo, as regras que regem o seu funcionamento, as formas de contratação, condições oferecidas aos trabalhadores e a importância da agricultura familiar como empregadora e geradora de renda rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Força de trabalho rural. Persicultura. Pluriatividade.

¹Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (2018), Professora da Universidade Federal do Pampa. Jaguarão - RS - Brasil. E-mail: patriciassevero@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9472-5509>

²Doutor em Sociologia pela Universidade de Córdoba, Espanha (2000), Professor da Universidade Federal de Pelotas, no Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Pelotas - RS - Brasil. E-mail: saccodosanjos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0582-7627>

³Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas (2013), Pesquisadora no Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Pelotas - RS - Brasil. E-mail: fernandanovo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8925-9833>

ABSTRACT

One of the fundamental features that define family farming is the centrality of domestic work in production processes. However, the evidence is clear that demographic changes, especially the aging process of the rural labor force, produce a series of implications for the way in which these farms operate today, which calls into question their continuity. This phenomenon strongly impacts the southern states of Brazil, especially Rio Grande do Sul. It is in the extreme south of ‘gaúcho’ that the cultivation of peaches was implanted in the 19th century by European immigrants, which is mainly conducted on family farms. Production can be used both for canning and for in-natural consumption. It is a crop that occupies an expressive number of external workers (sappers) in pruning, thinning operations and especially in the harvest. However, in recent years there has been a flagrant decline in the availability of rural labor as a result of the demographic transformations that have occurred in the countryside. The main objective of the article is to analyze the woven labor relations between producers and workers employed during the production cycle. This investigation carried out in-depth interviews and other methodological resources. The study brought to light the invisibility of the relationships contracted between producers and the labor force employed during the production cycle, in addition to the rules that govern its operation, the forms of hiring, conditions offered to workers and the importance of family farming in the occupation of labor and generation of rural income.

Keywords: Family Farming. Rural labour force. Peach production. Pluriactivity.

RESUMEN

Uno de los rasgos fundamentales que definen la agricultura familiar es la centralidad del trabajo doméstico en los procesos productivos. Sin embargo, claras son las evidencias de que los cambios demográficos, sobre todo el proceso de envejecimiento de la fuerza de trabajo rural, produce una serie de implicaciones sobre el modo como operan hoy día dichas explotaciones, lo que pone en entredicho su continuidad. Ese fenómeno impacta fuertemente los estados meridionales de Brasil, en especial a Rio Grande do Sul. Es en el extremo sur ‘gaúcho’ que el cultivo del durazno fue implantado en el siglo XIX por inmigrantes europeos, el cual es conducido mayormente en explotaciones familiares. La producción tanto puede ser destinada a la fabricación de conservas como para el consumo in natura. Es un cultivo que ocupa expresivo número de trabajadores externos (zafreiros) en las operaciones de poda, raleo y especialmente en la cosecha. No obstante, en los últimos años hay un flagrante descenso en la disponibilidad de mano de obra rural a raíz de las transformaciones demográficas incidentes en el campo. El objetivo central del artículo es analizar las relaciones de trabajo tejidas entre productores y trabajadores empleados durante el ciclo productivo. Dicha investigación realizó entrevistas en profundidad y otros recursos metodológicos. El estudio trajo a la luz la invisibilidad de las relaciones contraídas entre productores y la fuerza laboral empleada durante el ciclo productivo, además de las reglas que rigen su funcionamiento, las formas de contratación, condiciones ofrecidas a los trabajadores y la importancia de la agricultura familiar en la ocupación de la mano de obra y generación de renta rural.

Palabras clave: Agricultura familiar. Mano de obra rural. Agricultura. Pluriactividad.

Como citar este artigo: SEVERO; Patrícia Schneider; ANJOS, Flávio Sacco dos; SILVA, Fernanda Novo da. Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho e agricultura familiar na região de Pelotas-RS. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 137-160, 23/04/2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2710>

Artigo recebido em: 26/02/2020

Artigo aprovado em: 09/04/2020

Artigo publicado em: 23/04/2020

INTRODUÇÃO

A cultura do pêssego, como ressaltam Reichert, Raseira e Scaranari (2018), é atualmente a terceira espécie frutífera de clima temperado mais plantada no Brasil, perdendo apenas para a maçã e a uva. Os estados meridionais do Brasil são os que apresentam as melhores condições naturais para a produção comercial do pêssego, cultivo que tanto pode ser voltado à elaboração de conservas (compotas), quanto ao consumo de mesa (*in natura*) (CASTRO, 2008; SEPLAN, 2017).

O Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional. No período 2013-2015 produziu, em termos médios, 131.234 toneladas/ano, equivalentes a 61% da produção brasileira, seguido de longe por São Paulo (31.337 toneladas/ano), Santa Catarina (21.549 toneladas/ano), Minas Gerais (19.651 toneladas/ano) e Paraná (10.967 toneladas/ano) (SEPLAN, 2017). Na safra 2016/2017, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017), nessa unidade federativa tem-se uma área plantada de 12.526 hectares, uma produção de 171.443 toneladas e um rendimento médio de 13.686 kg/ha.

No estado do RS, a produção de pêssego está concentrada nas regiões de Pelotas e na Serra Gaúcha, tradicional produtora vitivinícola. Deve-se mencionar, ainda, a região metropolitana de Porto Alegre, aonde a persicultura⁴ vem recentemente se expandindo. Os municípios maiores produtores no período 2013-2015, em termos médios (toneladas/ano), e que concentram 50% da produção gaúcha, são: Pelotas (30.867); Canguçu (17.267) e Pinto Bandeira (15.158) (SEPLAN, 2017).

As fases mais intensas no manejo do pessegueiro são as que necessitam de maior intervenção humana, compreendendo as atividades de poda (inverno e verão), raleio e colheita da produção, onde regularmente existe a necessidade de contratação de trabalhadores temporários quando a demanda excede a disponibilidade de mão de obra familiar. A persicultura gera entre três e seis empregos diretos por hectare. Desse modo, é possível estimar, nesta atividade produtiva, a ocupação de 37 a 75 mil trabalhadores diretos no estado do Rio Grande do Sul (EMBRAPA, 2005).

Não obstante, a produção de pêssego vem experimentando, ao longo dos últimos trinta anos, um sensível declínio em termos do número e extensão dos pomares. Este espaço vem

⁴A persicultura ou atividade persícola refere-se à produção de pêssegos (de conserva ou de mesa), uma planta de clima temperado, nativa da China e Sul da Ásia, cujo nome científico é *Prunus persica*. É por essa razão que os produtores de pêssego são também chamados persicultores.

sendo ocupado por cultivos anuais, especialmente pela fumicultura em regime de integração vertical com as empresas do setor. Ou seja, o crescimento no número de explorações dedicadas ao tabaco se fez, *pari passu*, com o declínio do pêssego, sobretudo em Pelotas e nos municípios do extremo sul gaúcho em geral.

Assim, no intervalo de tempo compreendido entre os anos 1988 e 2015 a área de pêssego sofreu um descenso de quase 43%, enquanto a superfície cultivada com o tabaco foi multiplicada por quatro, passando de mil para quatro mil hectares (IBGE, 2017). Costa (2006) reforça que, a partir da década de 1980, com a decadência das indústrias conserveiras, a produção de fumo ampliou-se nos municípios marcados pela pequena propriedade. Silveira (2015) coincide com essa avaliação, exaltando os efeitos engendrados pelas sucessivas crises das agroindústrias de conservas de Pelotas, que acabaram contribuindo para que muitos produtores de pêssego abandonassem a atividade e optassem pelo tabaco face da garantia de compra da produção pelas empresas do setor.

Segundo Reichert, Raseira e Scaranari (2018), os produtores de pêssego procuram manter, sempre que possível, uma disponibilidade mínima de braços na realização das tarefas atinentes ao ciclo dessa cultura. Os produtores que possuem maiores áreas (pomares empresariais) dispõem, inclusive, de empregados permanentes. Todavia, praticamente todas as unidades contratam mão de obra temporária para a realização de determinadas tarefas, sobretudo no caso da poda, raleio e colheita. Essas relações de trabalho são características nas explorações maiores, sendo que nos pequenos pomares, de caráter familiar, os produtores valem-se, primordialmente, da mão de obra familiar, seguida pela temporária e, em alguns casos, de empregados permanentes (REICHERT; RASEIRA; SCARANARI, 2018).

A mão de obra temporária geralmente procede de outras propriedades e, até mesmo, de outros municípios. Nesse caso, é recorrente a intermediação de agenciadores de trabalhadores ou os chamados “turmeiros”, denominação que é dada a estas pessoas pelos próprios produtores e trabalhadores rurais⁵.

No entanto, estas pessoas não são mapeadas pelo IBGE, ou mesmo por outros órgãos oficiais. Em boa medida, são considerados trabalhadores “invisíveis” e conhecidos popularmente pela denominação de “peões”⁶. Salienta-se que a questão da mão de obra é um tema cada vez mais importante diante da redução da disponibilidade de força de trabalho no âmbito da agricultura familiar e do espaço rural como um todo. Dados dos quatro últimos Censos Demográficos do IBGE, além de diversos estudos (FROEHLICH *et al.*, 2011; ANJOS; CALDAS, 2005; ANJOS; CALDAS; POLLNOW, 2014) mostram um processo progressivo de envelhecimento no meio rural dos estados do Sul e, particularmente, no estado do Rio Grande do Sul. Esse fenômeno deve ser entendido como resultado conjunto do aumento da esperança de vida da população e de um êxodo rural seletivo que remete às cidades as pessoas mais jovens.

Mas outros fatores são igualmente importantes, a exemplo da redução da fecundidade feminina, a intensificação nos processos de mecanização das lavouras, com uma clara tendência

⁵As atribuições do turmeiro resumem-se em captar pessoas aptas à realização das atividades, organizar os períodos de trabalho (safras) e as respectivas propriedades para as quais os trabalhadores serão destinados, além de organizar o transporte (geralmente são disponibilizados ônibus para transporte dos trabalhadores – no caso de localidades mais distantes). Adiantamos, que no caso de Pelotas, os produtores ressarcem o combustível para que os trabalhadores possam se deslocar em veículo próprio, além de acompanhar o dia a dia das atividades rurais.

⁶Esse é o termo utilizado pelos produtores familiares contratantes, forma que adotaremos nesse artigo a título de referência.

à redução da capacidade de ocupação da força de trabalho na agropecuária. Esse quadro resulta também da falta de oportunidades no campo e da busca de qualificação e instrução por parte população rural. Esse fenômeno impacta fortemente sobre a realidade da agricultura, especialmente em termos da disponibilidade de braços para as atividades agropecuárias, tanto de natureza permanente, quanto eventual. Em casos extremos, a carência de mão de obra restringe os agricultores no sentido de incrementar a superfície de produção ou, até mesmo, de manter as condições em que as atividades vêm sendo desenvolvidas.

Balsadi *et al.* (2002), ao analisarem a demanda da força de trabalho no período de 1990 a 2000, demonstraram que, em função das mudanças tecnológicas, houve uma redução significativa de 21,5% na demanda global de mão de obra na agricultura brasileira. Ademais, estimaram, através de simulações, o efeito da utilização das tecnologias mais modernas em todas as áreas produtoras das principais culturas, principalmente a mecanização da colheita. Segundo a mesma fonte, pode ainda haver uma redução de aproximadamente 60% na demanda total de mão de obra agrícola brasileira nas duas décadas subsequentes.

O fato é que há pouca informação, consistente e atualizada, sobre o tema da mão de obra ocupada, sobretudo, no âmbito da agricultura familiar. Reina o mito de que se trata de uma unidade de produção que se basta a si mesmo, fato que seguramente não espelha a realidade. Vale a pena mencionar que já havia, na definição de módulo rural do Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964), derivada do conceito de propriedade familiar (Inciso II, artigo 4º), esse mesmo entendimento. Trata-se de imóvel rural que

[...] direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros.

Ou seja, a condição de contratante eventual de mão de obra externa à exploração familiar já era admitida no marco de uma lei elaborada há mais de cinquenta anos, e que serve de balizadora de diversas políticas, entre as quais, o próprio Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O foco desse artigo é analisar as relações de trabalho tecidas entre produtores familiares e os trabalhadores empregados durante o ciclo do pêssego. Para os objetivos do trabalho, cabe indagar: como atualmente se apresentam as relações de trabalho tecidas entre produtores familiares de pêssego e a força de trabalho empregada em caráter eventual? Quais as condições sociais de existência destes trabalhadores rurais avulsos (peões)? A escassez de mão de obra externa à exploração familiar é um fator que ameaça a continuidade da produção persícola nessa região? Como os produtores familiares avaliam esse cenário e administram eventuais dificuldades derivadas da retração na oferta de braços, dentro e fora de suas propriedades? Quais as razões que conspiram para o estado de clandestinidade e invisibilidade dessa relação de trabalho?

Com a realização dessa investigação buscou-se lançar luzes sobre um prisma pouco estudado na dinâmica da agricultura familiar, qual seja, o de explorar sua condição de empregadora, bem como do ponto de vista dos atores sociais invisíveis que gravitam em sua órbita e que, infelizmente, não são identificados pelas estatísticas oficiais disponíveis, nem mesmo nos registros de organizações ligadas ao mundo do trabalho, como a Secretaria de Trabalho e Ação Social (RS) ou mesmo o atual Ministério da Economia e do Trabalho.

O artigo está estruturado, além dessa introdução, em cinco seções. A primeira expõe as bases teóricas da agricultura familiar enquanto categoria de análise, desnudando o que consideramos limitações e possibilidades das abordagens usuais. A segunda seção descreve a metodologia empregada na pesquisa e análise dos dados e informações, enquanto a terceira seção apresenta quadro geral da persicultura em Pelotas e região. É na quarta seção onde efetivamente apresentamos e discutimos o material reunido ao longo dos quatro últimos anos de pesquisa de campo sobre o caráter das relações entre persicultores e trabalhadores eventuais. A quinta e última parte reúne as considerações finais do trabalho.

A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Compreender as relações de trabalho ligadas à cultura do pêssego nos coloca dentro do contexto dos estudos do que se conhece como “dinâmica da agricultura familiar” e da evolução da agricultura no capitalismo. Com base nesse entendimento considerou-se apresentar uma aproximação, ainda que não necessariamente exaustiva e completa, sobre o que se entende como enfoques clássicos acerca da evolução do campesinato e da agricultura familiar.

A discussão sobre o caráter social da agricultura é relevante para compreender a persistência do campesinato e/ou de formas familiares na contemporaneidade. Como bem reiterou Carneiro,

No âmbito da teorização do campesinato, o debate clássico relativo à “exploração familiar” se encontra polarizado entre os enfoques dos trabalhos de Lênin e Chayanov, respectivamente caracterizados, na questão agrária russa, pelo grupo “Marxista” (Social-Democracia) e pela “Escola da Organização e Produção” (Populista), incluindo ainda a teoria de Kautsky sobre a subordinação da agricultura (CARNEIRO, 2009, p. 53; aspas no original).

Na Inglaterra, Karl Marx (1818/1883) se aprofundou na dinâmica transformadora da economia sob o capitalismo, concentrando sua preocupação com a questão do proletário industrial, ator fundamental do capitalismo e não, especialmente, com os destinos do campesinato em si. Tratava o campesinato como uma categoria residual, cuja tendência seria o desaparecimento, em meio à ascensão e desenvolvimento capitalista, sendo considerado uma forma de produção pré-capitalista, sem muito interesse no curso da evolução econômica ou mesmo como sujeito da transformação social.

No setor rural inglês, com o avanço do capitalismo na agricultura, se identificava a existência do proprietário, do arrendatário capitalista e do proletário rural. Este modelar trinitário sistema dificultou a análise de outras formações onde a permanência camponesa historicamente foi constatada. Para tanto, segundo Marx, existiriam dois caminhos para o campesinato: ou tais produtores constituiriam uma aliança com o proletariado urbano ou vegetariam, em meio a sucessivas crises, até sua completa expropriação e absorção por explorações capitalistas mais preparadas do ponto de vista dos ganhos à escala.

Segundo Abramovay (1992), nos escritos de Marx não se verifica uma abordagem explícita sobre a questão agrária, sendo que seus estudos sugerem que, face à natureza do processo produtivo na agricultura, a pequena produção mostrar-se-ia incompatível com as

exigências do modo de produção capitalista. O campesinato, para Marx, constituiria uma classe em extinção. No campo político, significava uma massa indiferenciada, conservadora e reacionária e, no campo econômico, remetia-se a um modo pré-capitalista de produção que tenderia a sucumbir por força dos acontecimentos (ANJOS, 2003).

O marxismo agrário ortodoxo representado nas obras de Lênin e Kautsky é visto como continuidade à obra de Marx. No contexto específico da Revolução Russa, período de transição política e social de caráter socialista, Lênin observou a diferenciação social do campesinato russo, em função da introdução do trabalho assalariado. Na visão leninista, após a emancipação dos servos (Reforma Emancipadora, de 1861, na Rússia Czarista) e com a consolidação das contradições de classe (por volta de 1890), o campesinato fragmentar-se-ia em três classes sociais, quais sejam: o camponês pobre, o camponês médio e o camponês rico. Para Lênin (1870/1924), à medida que o capitalismo avançasse, o estrato intermediário do campesinato russo desapareceria, engordando a massa de camponeses pobres, contingente este que deveria se aliar ao proletariado urbano para construir a aliança operário-camponesa.

Kautsky, por seu turno, analisou a integração agroindustrial e a supressão da separação entre a indústria e a agricultura no curso das grandes transformações sociais. Enfatizou a subordinação da agricultura à indústria, momento em que o camponês reduzir-se-ia à condição de um trabalhador disfarçado para o capital. A socialdemocracia alemã não deveria despender energias na construção de um programa específico voltado para os camponeses em função do entendimento que os mesmos já se encontrariam em um processo de proletarização. Entendia que a agricultura camponesa era incompatível com o progresso técnico necessário para o desenvolvimento capitalista (CARNEIRO, 2009).

Não obstante, a partir da constatação do não desaparecimento do campesinato em vários países capitalistas, surgiram outros autores que buscam respostas a essa questão. Nesse contexto, Alexander Chayanov se propôs a estudar os mecanismos que regulavam o funcionamento e a lógica de atuação das unidades familiares.

Chayanov era economista e engenheiro agrônomo. Além de conhecer profundamente a agricultura europeia, manteve intensos contatos com os mais destacados centros de produção científica em agronomia e ciências sociais. É considerado o nome mais importante da chamada Escola da Organização da Produção e da vertente conhecida como “Agronomia Social”, havendo produzido um volume de informações sobre o meio rural nunca dantes alcançado em qualquer país do mundo (ABRAMOVAY, 1998).

Mais do que um estudioso da economia camponesa, Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas no trabalho da família. Segundo ele, enquanto a renda dependesse fundamentalmente do trabalho familiar haveria um balanço entre a penosidade deste trabalho e as necessidades de consumo da família. Assim, uma vez preenchidas as necessidades alimentares básicas, cada unidade adicional de trabalho passaria a ter, para a família, um valor decrescente. Esta é a base teórica que permitia a Chayanov contestar a validade da lei da diferenciação social do campesinato estabelecida por Lênin (ABRAMOVAY, 1998).

O enfoque de Chayanov, neste sentido, conserva toda a sua atualidade. Com efeito, de que maneira as sociedades contemporâneas podem compatibilizar o progresso técnico com o aproveitamento da energia e da iniciativa social que repousa nos indivíduos e nas famílias? Se,

para Lênin, a pequena propriedade mercantil era um “viveiro” de gente para o capitalismo, para Chayanov, ela era uma fonte permanente de riqueza nacional e nada era menos óbvio que sua tendência inelutável aos dois extremos da diferenciação social – a burguesia e o proletariado (ABRAMOVAY, 1998).

As contribuições teóricas de Chayanov foram importantes para elucidar a dinâmica interna da produção camponesa. Todavia, ainda não se aprofundou nas características da pequena produção familiar na América Latina, principalmente daquela que atualmente se atrela ao mercado, em uma dinâmica do trabalho familiar integrado aos circuitos da acumulação agroindustrial, situada no contexto de expansão do capitalismo moderno, em que a grande indústria capitalista passaria a dominar a agricultura (CARNEIRO, 2009).

Destarte, considera-se que Chayanov propõe o exame da morfologia da unidade camponesa de produção, uma unidade teleológica que se move dentro da equação C/T (consumo-trabalho), segundo a qual, são as necessidades de consumo que fazem com que a família imprima um ritmo de autoexploração. Entretanto, essa mesma família, em determinadas etapas do ciclo produtivo, ou de sua trajetória geracional, pode encontrar-se diante da contingência de ‘comprar’ mão de obra externa, contratando trabalhadores eventuais.

Esse é o caso do objeto desta pesquisa, situação que envolve o emprego de trabalhadores eventuais na cultura do pêssego na região de Pelotas/RS. Ademais, esta mesma família, para manter a condição “camponesa”, pode, eventualmente, ter que buscar fontes externas de ingresso econômico, vendendo sua força de trabalho dentro ou fora do âmbito da agricultura. Trata-se aqui do que se reconhece como o exercício da pluriatividade, fenômeno abordado em diversas pesquisas realizadas no Brasil dentro do escopo do chamado Projeto Rurbano⁷. Eis aí algumas das chaves que nos permitem compreender a natureza enigmática da agricultura familiar ou do que Abramovay (1992, p. 27) definiu como “ornitorrinco social”, qual seja, uma categoria *sui generis* que simultaneamente é empregado e patrão de si mesmo.

Como aludimos anteriormente, nossa atenção está centrada em investigar a situação interna, mas especialmente as relações externas que contraem as explorações dedicadas ao cultivo de pêssego de Pelotas para viabilizar sua permanência nessa atividade produtiva do qual dependem milhares de famílias nessa região do Brasil.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os dados que embasam a investigação procedem de fontes primárias e secundárias. No primeiro caso, consta a realização de pesquisa exploratória em caráter intermitente durante os anos 2014 e 2015, constando de entrevistas com atores-chave (associações de produtores, sindicatos de trabalhadores rurais, representantes da pesquisa e extensão rural, etc.) diretamente ligados à piscicultura em municípios da região de Pelotas. O objetivo foi levantar informações gerais e específicas sobre a questão da contratação de trabalhadores externos à exploração, bem como delimitar o público-alvo da pesquisa.

⁷Entre os diversos estudos podemos citar: Graziano da Silva (1999), Schneider (2003) e Anjos (2003).

Trata-se de uma pesquisa de natureza eminentemente qualitativa em que a categoria de análise corresponde aos estabelecimentos familiares dedicados à produção de pêssego. Nesse contexto, valemo-nos dos critérios adotados no PRONAF⁸ para delimitação da amostra. Diante da natureza do problema e dos objetivos da pesquisa, optamos por realizar uma amostragem não probabilística e intencional, elegendo como potenciais entrevistados os produtores familiares dedicados exclusiva ou parcialmente à produção de pêssego destinado ao consumo in natura ou para fabricação de compotas.

Os produtores integrantes da amostra foram indicados pelos atores-chave, os quais recomendavam estabelecimentos que se enquadravam dentro dos requisitos da agricultura familiar. Nesse sentido, buscaram-se incluir na amostra tanto unidades produtivas baseadas quase que exclusivamente na força de trabalho da própria família, quanto às situações em que, além de trabalhadores permanentes, houve também a contratação de “peões” nas fases que requerem trabalho especializado (poda e raleio)⁹, bem como na colheita, fase onde é máxima a demanda de mão de obra.

Nesta técnica de coleta de informações, denominada *snowball* (GOODMAN, 1961), um sujeito é recrutado e, posteriormente, indica outros indivíduos, de seu relacionamento, para que possam também participar da amostra. Este recurso é recomendado quando existe baixa visibilidade do público alvo, ou seja, quando este se mostra imperceptível aos parâmetros usuais de caracterização, com poucos sistemas de referência ou dados estatísticos que possibilitem uma amostragem de tipo probabilístico.

Fez-se uso de entrevistas em profundidade¹⁰ com quinze persicultores e cinco trabalhadores rurais (peões) no período compreendido entre 2016 e 2017. As entrevistas com produtores aconteceram nas casas dos agricultores (zona rural de Pelotas). Muitos dos peões contratados no ciclo do pêssego, especialmente na colheita, são oriundos da zona rural do município de Santana da Boa Vista, situado a 140 km de Pelotas. Diante disso, deslocamo-nos para essa localidade para realizar entrevistas com pessoas diretamente ligadas a essa atividade. Essa etapa tornou-se crucial pela necessidade de colher os depoimentos dos trabalhadores, dado que já havíamos realizado a pesquisa com os contratantes.

⁸Entre os critérios, constam: Explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas; residir na propriedade ou em local próximo; não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor [...]; obter, no mínimo, 50% da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; **ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária**, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar [...] e ter obtido renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses de produção normal [...] (BNDES, 2020; destaques nossos).

⁹A título de esclarecimento, o trabalho de poda (de inverno ou de verão, também chamado de poda verde) exige certa maestria no corte dos ramos da árvore, seja durante a fase de formação do pomar, seja na fase de produção. Esse é visto como um trabalho mais especializado. Já no caso da colheita se trata de eleger frutos maduros e deixar no pé os frutos verdes, atividade laboral considerada não-especializada.

¹⁰Realizar uma pesquisa dessa natureza implica transitar por estradas rurais e comunidades de municípios de grandes dimensões durante um intervalo de tempo restrito. Houve por bem realizar o máximo de entrevistas possível, seguindo à risca as orientações dos atores-chaves para eleger os indivíduos que integraram a amostra. Além disso, a densidade das questões investigadas não se coaduna com procedimentos probabilísticos.

No total efetuamos três entrevistas em Santana da Boa Vista, incluindo um turmeiro (agenciador) e dois trabalhadores rurais (peões), sendo que o turmeiro atua também como peão e os outros trabalhadores também como produtores familiares desse município gaúcho. Os procedimentos adotados na pesquisa permitiram a triangulação das informações coletadas, através de diferentes abordagens metodológicas do objeto empírico. O objetivo aqui é prevenir possíveis distorções relativas à aplicação de um único método, tratando-se, desta forma, de compreender o fenômeno em questão mediante múltiplas perspectivas e o devido rigor científico (DENZIN; LINCOLN, 2006; GÜNTHER, 2006; FIGARO, 2014) no levantamento das informações.

A pesquisa contemplou um universo de questões de caráter eminentemente subjetivo, como no caso das valorações que produtores e peões reciprocamente constroem no âmbito de uma relação complexa e por vezes cercada de tensões. Do mesmo modo, ao adentrar a realidade das famílias deparamo-nos com aspectos que ultrapassam a dimensão econômica e produtiva do estabelecimento rural. Esse é o caso do feixe de questões que envolvem o presente e o futuro da própria família, ou seja, do processo de sucessão do negócio familiar e da destinação de um patrimônio construído ao longo de sucessivas gerações. O que analisaremos nesse trabalho é uma faceta desta pesquisa.

Coincidimos com May (2004, p.145) quando alude que “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas”. Devido à carência de dados e informações precisas e atualizadas, correlacionadas ao tema, pode-se compreender o repertório de técnicas adotadas e os procedimentos usados na análise dos dados. Nossa escolha recaiu na análise de conteúdo, tendo em vista, também, o intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto (BAUER; AARTS, 2002). Após a transcrição das entrevistas, o material reunido foi objeto de sistematização no sentido de organizar os dados e informações. A etapa seguinte foi construir categorias analíticas compatíveis com o recorte de realidade proposto.

Paralelamente, realizamos um levantamento exaustivo junto à agência regional do IBGE, cujo objetivo era coletar informações gerais e específicas sobre a produção de pêssego e a contratação de mão de obra, operação que envolveu também o diálogo com vários órgãos regionais ligados à pesquisa e extensão rural, bem como junto aos sindicatos de produtores familiares e sindicato de trabalhadores rurais, incluindo igualmente sítios de internet e toda sorte de publicações relacionadas com o tema na região em questão.

ASPECTOS DA CULTURA DO PÊSSEGO NA REGIÃO DE PELOTAS

Os primeiros relatos sobre a produção agroalimentar em Pelotas e região são de 1780, quando o português José Pinto Martins instalou a primeira charqueada às margens do Arroio Pelotas, atividade produtiva que se expande notavelmente e marca o primeiro grande ciclo econômico regional. Conforme assevera Grandó (1989, p. 17):

Esse produto (o charque) foi, durante o século XVIII e parte do século XIX, o maior suporte da economia do Sul do Brasil, produzido com a utilização da mão-de-obra escrava e exportado a outras regiões do País [sic] para a alimentação dos escravos e populações de baixas rendas.

Todavia, o ciclo do charque entra em franca decadência em meados do século XVIII. A vinda de imigrantes europeus, sobretudo alemães, franceses e italianos, através de projetos de colonização (oficial e privada), conforme destaca Grandó (1989, p. 18), “tornou-se uma esperança de renovação econômica para o Sul”. A instalação das colônias na região conhecida como “Serra dos Tapes” assentou as bases para um processo de diversificação econômica e para o surgimento das primeiras fábricas de alimentos nessa parte do país. Ainda, segundo Grandó (1989, p. 19):

A industrialização no Sul do Brasil tem, em boa parte, origem no artesanato camponês, que se transformou em semi-indústrias [sic] à medida que as comunidades foram se urbanizando; posteriormente, essas fábricas integraram-se ao processo de industrialização que ocorreu no País depois da Primeira Guerra Mundial. É esse precisamente o caso da indústria de conservas vegetais de Pelotas, cujas origens estão nas fábricas artesanais da Colônia Santo Antônio, que, ao saírem do domínio camponês, se transformaram num parque de unidades industriais, o qual veio a ser o maior do gênero no Brasil.

Com relação à influência francesa, Salamoni (1992) ressalta que Pelotas, atualmente conhecida como ‘capital nacional do doce’, deve aos europeus boa parte dessa história. Nesse sentido, os doces em pasta (marmeladas, figadas, pessegadas, etc.) são de origem tipicamente germânica, francesa, italiana, espanhola, enquanto os doces finos (à base de ovos) são de origem lusitana. Os primeiros são mais rústicos e ligados à origem colonial. Já os segundos, de origem portuguesa, refletem os hábitos de uma elite pelotense que floresceu durante os áureos tempos do ciclo do charque (século XIX).

A introdução da indústria de conservas de frutas e de legumes em Pelotas, segundo Betemps (1999) e Grandó (1989), foi realizada pelo imigrante francês Amadeo Gastal, no estabelecimento chamado Bruyères. Em 1878, segundo as mesmas fontes, foi ele responsável pela fabricação das primeiras compotas de pêssegos, após estudos realizados na França (1867), sobre o cultivo de frutas e beneficiamento industrial, seguindo-se a importação de todo o equipamento necessário.

Em 1900 surgiu a Quinta Pastorello (interior de Pelotas), considerada como a primeira fábrica de conserva de pêssegos em escala industrial na região da Serra dos Tapes. A partir desta, muitas outras fábricas foram instaladas, sobretudo na própria residência dos agricultores, sendo o pêssego também utilizado na elaboração de passas e pessegadas (GRANDÓ, 1989).

Durante os anos 1970 surgem as grandes indústrias de conservas, especialmente por força dos incentivos fiscais e creditícios concedidos pela União, Estado e município. Nessa época Pelotas e o extremo sul gaúcho contavam com mais de cem empresas (pequenas, médias e grandes indústrias) processadoras do pêssego. Não obstante, o setor entra em crise nos anos subsequentes. A decadência está ligada à estagnação no consumo nacional de compotas, bem como em face da inércia e incapacidade de modernização do parque industrial.

Atualmente a microrregião conta com treze indústrias, sendo oito localizadas em Pelotas e cinco em Morro Redondo. As turbulências que atravessou o setor, como aludimos anteriormente, repercutiram no descenso do número e tamanho de pomares. Os dados mais atualizados (Tabela 1), indicam um total de 1.271 produtores de pêssego (1.214 para conserva e 57 de mesa). A área total dos pomares (indústria e mesa) ascende a 6.430 hectares, os quais são responsáveis por uma produção total equivalente a 60 mil toneladas. Isoladamente Pelotas

concentra 50,5% da área plantada, 58,8% da produção total e 50% do número de persicultores no âmbito regional.

Tabela 1 – Área plantada, produção e número de produtores pêssego tipo indústria e mesa na safra 2016/2017 em municípios do sul do Rio Grande do Sul.

Município	Área (hectares)		Produção (ton.)		Nº de produtores	
	Indústria	Mesa	Indústria	Mesa	Indústria	Mesa
Pelotas	3.150	100	37.800	1.000	605	30
Canguçu	2.100	100	16.800	700	480	20
Morro Redondo	600	-	6.000	-	100	-
Piratini	100	-	800	-	12	-
Cerrito	90	-	1.080	-	10	-
Demais municípios	150	40	1.460	390,5	7	7
Total	6.190	240	63.940	2.090,5	1.214	57

Fonte: EMATER (2017)

Estima-se, com base nas informações censitárias, que 90% dos produtores de pêssego de Pelotas se enquadram na condição de agricultura familiar. Não obstante, dentro desse mesmo coletivo há grandes diferenças em relação ao tamanho dos pomares e, sobretudo, do ponto de vista da magnitude da contratação de mão de obra externa à exploração (PEÑAFIEL, 2006; SENNA et al., 2007; TORRES, 2014). Discutir tais diferenças é o foco da próxima subseção desse artigo.

TIPOLOGIA DAS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO DE PÊSSEGO

Há grande diversidade entre os produtores familiares de pêssego do ponto de vista das formas de organização da produção e, conseqüentemente, da maior ou menor importância da mão de obra contratada. Na realização da pesquisa detectamos três subtipos de estabelecimentos (Quadro 1). O subtipo 1 é o que denominamos “quase exclusivamente familiar”, qual seja, estabelecimentos em que a mão de obra familiar supera a contratada, a qual é empregada nas operações de poda, raleio e colheita ou, exclusivamente, na operação de colheita. São explorações onde inexistem trabalhadores permanentes, havendo eventualmente a intermediação de turmeiro na contratação de peões. A relação entre produtores e peões evidencia uma grande proximidade, com forte interação entre esses e a família contratante.

No subtipo 2 (majoritariamente familiar) a proporção da força de trabalho familiar ainda supera a contratada, mas existe aqui a figura do trabalhador permanente (uma ou no máximo duas pessoas) ao longo do ano agrícola. Na contratação de peões (safristas) pode-se ter ou não a intermediação de turmeiro. Ainda se observa, nesse caso, um nível razoável de proximidade ou de estreitamento na relação contraída entre produtores e peões contratados na safra.

Denominamos como “relativamente familiar” o subtipo 3, no qual a mão de obra familiar, ainda que importante, é superada pela mão de obra contratada. Existem trabalhadores permanentes durante todo ano e peões durante a safra, os quais se dedicam às três principais operações (poda, raleio e colheita) além de outros tratos culturais como é o caso das pulverizações e adubação dos pomares. O nível de interação entre eles se reduz bastante, tendendo a ser uma típica situação patrão-empregado, ainda que dentro do âmbito da produção familiar.

A fala de nossos entrevistados (subtipo 1) é enfática ao afirmar a imprescindibilidade da mão de obra eventual na fase de colheita, momento em que contratou dois peões durante trinta dias. Segundo suas próprias palavras:

Nossa produção é familiar, é diferente, dentro da minha limitação, se começar a terceirizar, tem muito envolvimento e o lucro seria menor, trabalha-se dentro das limitações. Corre o risco de dar uma frustração de safra e o risco ser muito maior, se der uma frustração... Está dentro do meu trabalho, não tive gasto a mais, está dentro do meu controle.

Quadro 01 – Subtipos de explorações segundo as características principais e relações de trabalho

Características principais	Subtipos de explorações		
	1	2	3
	Quase exclusivamente familiar	Majoritariamente familiar	Relativamente familiar
Proporção de mão de obra familiar (MOF) X contratada (MOC)	MOF > MOC	MOF ≥ MOC	MOF < MOC
Contratação de trabalhadores temporários	Poda, raleio e colheita ou exclusivamente na colheita	Poda, raleio e colheita ou exclusivamente na colheita	Poda, raleio e colheita
Contratação de trabalhadores fixos	Não há	Durante todo o ano	Durante todo o ano
Contratação de turmeiro	eventual	eventual	Sempre
Grau de proximidade entre produtores e trabalhadores	Grande	Grande	Pequeno

Fonte: Elaboração dos autores (2017).

Ou seja, o cálculo da quantidade de trabalho contratado para as operações necessárias deve ser ajustado às necessidades e à capacidade de fazer frente ao gasto que acarreta para o estabelecimento familiar. Outro aspecto que nos chamou a atenção foi à confirmação dos princípios da teoria chayanoviana a que fizemos menção anteriormente, especialmente no que tange ao nível ótimo que rege o funcionamento da unidade familiar de produção em termos do ritmo de autoexploração. O depoimento a seguir é bastante ilustrativo:

Quanto mais se tem, mais despesa, mais se envolve, mais precisa de gente. Assim como está, se aumentar vou ter que ter uma segunda família como a gente, vai dar a mesma coisa para pior. Todos têm os seus direitos. Tem gente que pensa diferente. Se aumentar a plantação, nós estamos no limite enquanto conseguimos dar o passo

seguinte. Para aumentar tem que aumentar bastante, o lucro vai ser para pagar as pessoas. Hoje se colhe 80.000 kg na safra, se aumentar para 120.000 kg a 130.000 kg, com mão de obra vai todo o lucro.

Administrar adequadamente o negócio familiar pressupõe contornar problemas ligados ao impedimento de algum membro por motivo de doença, cujo impacto resulta na retração da força de trabalho familiar. Nesses casos, é crucial a figura do peão para garantir o funcionamento da exploração familiar. Por outro lado, como revela a fala de um dos entrevistados, detentor de um pomar pequeno, tal operação envolve um custo alto para pequenas explorações que se movem dentro de margens de ganho por vezes muito reduzidas e sem atribuir valor ao próprio trabalho. Ao referir-se à impossibilidade de contabilizar um valor ao próprio trabalho, consagra, em sua fala, um dos traços fundamentais da economia camponesa descritos por Chayanov:

Quero ver o que vai dar se ficar sozinho, se o pai não puder ajudar, vai ficar difícil, vou ter que contratar mão de obra, daí fica difícil. O custo da mão de obra, o dia, é muito alto. A gente não conta o nosso serviço no valor, não entra na conta, a gente não sabe o que ganha por dia, a mão de obra está muito cara.

Os dados do censo agropecuário revelam que em 15,2% dos 3.216 estabelecimentos familiares de Pelotas o titular da exploração exerceu alguma atividade remunerada fora do estabelecimento. Por outro lado, 43,7% dos estabelecimentos declararam haver obtido outras receitas além da renda gerada na própria exploração. Entre estas ‘outras receitas’ estão incluídas as aposentadorias e pensões de membros das famílias (IBGE, 2006). Estes dados se confirmaram na realização da nossa investigação. A pluriatividade foi detectada em 33% das explorações investigadas, sendo praticada tanto por homens como por mulheres. No caso masculino, constam atividades de caminhoneiro, técnico agrícola, pedreiro. Entre as mulheres surgiram casos de diaristas, cozinheiras, artesãs e doceiras. Mas, como a seguir veremos, há ainda outros aspectos de interesse para o objeto da investigação.

Uma particularidade da vida rural é que a aposentadoria não significa término definitivo ou cessamento da atividade laboral. A ética do trabalho se impõe entre as famílias de colonos, de sorte que muitos seguem trabalhando ativamente depois de passarem a receber o benefício que, invariavelmente, equivale a um salário mínimo mensal. Receber o benefício previdenciário ameniza as incertezas da agricultura, dando segurança para o indivíduo e para o grupo doméstico.

Há, inclusive, uma corrente de pesquisadores que mostraram que os benefícios previdenciários funcionam como um seguro agrícola (DELGADO; CARDOSO JUNIOR, 2000; CALDAS; ANJOS; BEZERRA, 2010) para a pequena exploração familiar do Brasil. Esse aspecto também se confirmou na nossa pesquisa, dado que em nada menos que 70% dos estabelecimentos havia algum aposentado e/ou pensionista da previdência social rural. Um dos produtores, já aposentado, espera que sua esposa conquiste essa mesma condição. Segundo suas próprias palavras “isso traz segurança” ao produtor e à sua família. Todavia, em nenhum dos casos analisados os recursos previdenciários superam a renda obtida com o pêssego. Ele entra no caixa da família, trazendo certeza a quem vive na incerteza.

RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE PERSICULTORES E A MÃO DE OBRA EXTERNA

Conforme anunciamos, “os pêssegos não caem do céu”. Mãos dos produtores e de seus familiares asseguram colheitas, a reprodução social destas explorações e a manutenção de uma atividade inserida na cultura regional. Mas o que ficou evidenciado, com certa clareza, é que a unidade familiar sofre a influência de fatores externos e deles necessita para subsistir. O trabalho dos peões em operações que exigem menor qualificação (colheita) e maior qualificação (poda e raleio de frutos) é indispensável. Mas quem são e de onde procedem essas “mãos invisíveis” incorporadas ao trabalho nos pomares de pêssego? Antes de tudo é mister frisar que a prática de troca de dias entre vizinhos e parentes praticamente inexistente. Apesar de haver cultivares mais precoces e mais tardias, ampliando o período de apanhe, o fato é que tais atividades se concentram na mesma época e dentro de um ambiente restrito. Além disso, trata-se de um fruto delicado e perecível que não pode esperar para ser colhido.

É importante considerar as explorações familiares em sua dimensão histórica e dentro de contextos socioeconômicos e políticos diferentes, percebendo, assim, as mutações que sofre a partir do esforço de adaptação à realidade. Para tanto, Lamarche (1993, p. 15) propõe um esquema de análise mais amplo que uma definição rígida, quando preconiza que “a exploração familiar, tal como concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”.

Lamarche adverte sobre as diferenças entre a exploração camponesa e familiar e considera a evolução da agricultura familiar, a necessidade de adaptação para a sobrevivência e a sua grande diversidade. O termo “exploração familiar” recobre situações variadas e diferentes, segundo suas condições objetivas de reprodução, sendo um modelo de funcionamento e uma classe social no interior desse modelo. Nesse contexto, a “exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio” (LAMARCHE, 1993, p. 22).

Sendo assim, a interdependência dos fatores propriedade, trabalho e família no funcionamento da exploração projeta elementos abstratos e complexos, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (LAMARCHE, 1993). Jean (1994, p. 53) complementa afirmando que “[...] o agricultor moderno se apresenta então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador”. Nesse sentido, “[...] ao executar sua atividade, entrega à sociedade tanto a parte correspondente à renda da terra como a parte relativa ao lucro capitalista” (ANJOS, 2003, p. 60).

O segundo aspecto a destacar é a total clandestinidade dessa relação. Isso ficou evidenciado desde o início da pesquisa. Os produtores mostravam bastante receio em tratar o assunto diante dos riscos de que as informações dadas pudessem acarretar denúncias, multas ou sanções de fiscais do trabalho.

O fato é que há um conjunto de fatores de ordem legal que conspiram em favor dessa situação e que impedem a regularização dessa relação. Um dos aspectos refere-se ao caso de agricultores familiares que possuem pomares pequenos e temem perder a condição futura de segurado especial da previdência, caso formalizassem essa situação:

A gente acostumou a trabalhar sozinho, a vida toda foi trabalhar com a família, se colocar alguém, para colocar com a gente, as próprias leis, o produtor perde os direitos de segurado especial, se coloca um funcionário para trabalhar contigo perde o direito de segurado especial. Não pode ter empregado.

Wanderley (2003, p. 48) considera que a diversidade das formas de reprodução da agricultura familiar “esteve e está em curso, inegavelmente, um processo de mudanças profundas que afetam precisamente a forma de produzir e a vida social dos agricultores e, em muitos casos, a própria importância da lógica familiar”. À vista disso, “[...] o que caracteriza hoje o perfil da “categoria socioprofissional” dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto de estratégias adotadas” (WANDERLEY, 2000, p. 122).

Ao conhecerem a natureza da pesquisa, nossos entrevistados se sentiram mais à vontade para oferecer as informações de que necessitávamos, especialmente no tange à origem e perfil dos peões, que se mostravam bastante diversificados. Dentro desse coletivo há desde quilombolas beneficiários de programas sociais que buscam ter uma eventual fonte de renda, até aposentados que trabalham na safra colhendo pêssego para ampliar suas receitas.

Não obstante, o grande impulso à colheita do pêssego acontece pelo aporte dado pelos peões que vêm de outras localidades do extremo sul gaúcho (Canguçu, Piratini) e, especialmente, de Santana da Boa Vista, município situado a 140 km de Pelotas. Entre os persicutores reina o entendimento de que o “povo de Santaninha” é trabalhador e não causa problemas. A estes peões são oferecidas condições que incluem quartos independentes em casas próximas às dos produtores e construídas para este fim, dentro da propriedade rural. Em geral, procura-se criar um ambiente confortável, compatível com as necessidades essenciais dos trabalhadores. Os produtores contratantes fornecem, inclusive, protetor solar para os peões protegerem-se do sol, e ainda concedem acesso, em alguns casos, à máquina de lavar, ao passo que em outros casos as próprias esposas dos produtores são responsáveis por lavar as roupas dos peões. Ou seja, condições básicas e uma estrutura mínima são cedidas aos trabalhadores durante sua permanência na propriedade.

Os produtores reconhecem a importância dos trabalhadores externos e o quanto o trabalho desempenhado por estes é fundamental para a continuidade da atividade e para o êxito de cada safra. Há o estabelecimento de relações de confiança e de estima mútua entre muitos produtores e trabalhadores, como pessoas próximas que convivem juntas durante sucessivas safras. Vale dizer que a maioria dos peões de Santaninha é igualmente constituída de agricultores. Todavia sua situação é bastante distinta do ponto de vista das condições sociais de existência destes trabalhadores em seus locais de origem.

Os persicutores conhecem a realidade dos peões de Santaninha: “eles têm a vida mais apertada, têm esse lugar que só planta feijão e milho, têm gente grande, mas tem muita gente pequeninha, um abismo muito grande, trabalham só para a boia”. Outro produtor entrevistado complementa:

Eles não têm muita opção de renda, coitados, tem gente que foi passear para lá e disse que é muito triste, viver neste lugar, dito por amigos que já foram para lá. Lá não tem fumo, não tem pêssego, aqui [em Pelotas] é tudo mais melhorado, tem trator, tem caminhão, moto, casa boa. Eles não têm produção que dá renda, é um animalzinho, um milhozinho, não tem como inventar plantação para vender, não tem logística, não tem indústria, não tem nada, só as Minas do Camaquã.

A renda obtida na safra do pêssego permite aos peões de Santaninha sobreviverem ao longo do ano. A realidade desses produtores, onde é comum a presença de aposentados, é a de viverem da venda de sua força de trabalho e de desenvolverem roças e criações de subsistência em suas próprias terras. Conhecer a realidade destes trabalhadores colocou-nos diante do exercício de uma forma de pluriatividade que se dá mediante a venda da força de trabalho para outros produtores. Muitos dos ‘peões de Santaninha’ vivem da safra do pêssego, outros trabalham na safra da maçã e da uva na região da Serra Gaúcha, mas há também os que labutam nas modernas lavouras de arroz irrigado¹¹ situadas no litoral lagunar gaúcho, a mais de 200 km de Santana da Boa Vista.

Os produtores de pêssego, além da moradia, fornecem também a alimentação aos peões. Com efeito, ou lhes é dada a comida pronta, ou uma cesta de alimentos (rancho) para que possam elaborar por sua conta as próprias refeições. Um de nossos entrevistados ilustra esse aspecto:

Em 2017 vieram duas pessoas no raleio, ficaram vinte e um dias. Na colheita, quarenta dias, no início veio um só, talvez trinta e poucos dias e se contou com duas pessoas. É dada toda a estadia, a alimentação eles fazem, o que falta, vamos repondo, damos um rancho e eles fazem a comida, é a casa deles, lavam a roupa, a casa é como se fosse deles, só mandamos a comida.

As condições podem variar, mas em geral, são bastante satisfatórias se comparadas com outras situações existentes no Rio Grande do Sul e no Brasil, onde são frequentes os casos de trabalho escravo¹². Na colheita do pêssego (apanhe) o pagamento é feito por rendimento (caixa colhida). Nesse sentido, assim como a alimentação o deslocamento dos peões também é coberto pelo contratante. Para os peões ‘o dinheiro entra limpinho’, como relatou um dos produtores que entrevistamos:

No apanhe são três pessoas de Santana da Boa Vista, que apanham por caixa, recebem por rendimento. Ficam na propriedade, damos toda a diária, pagamos R\$ 1,80 a caixa grande, damos a comida. Tem uma garagem, com banheiro, tudo para tomar banho. A comida é na casa, a mulher [do produtor contratante] se encarrega da comida, a garagem é para dormitório. Depois quando termina o serviço levamos de volta a Santana da Boa Vista, fica uns 130 km daqui.

Estas informações são confirmadas nas falas do turmeiro e dos trabalhadores rurais de Santana da Boa Vista entrevistados. Segundo eles, as condições de trabalho oferecidas são excelentes. Possuem todo o necessário para uma boa estadia, itens de alimentação e higiene são supridos de forma satisfatória. Tal opinião é também endossada pelo turmeiro (que também exerce a função de trabalhador) que informa: “até pasta de dente eles dão, coisa que nem precisava. Nós não gastemos com nada, só tem que trabalhar para ganhar o dinheiro. O que nós ganhamos, nós trouxemos”.

Em caso de eventuais problemas, seja de relacionamento com os produtores ou de doenças/acidentes, os turmeiros procuram solucionar as dificuldades, fazendo um

¹¹Diferentemente no caso dos pomares de pêssego, uva ou maçã, nas lavouras de arroz irrigado, apesar de serem igualmente contratos temporários, a contratação é de caráter formal, havendo carteira assinada e todos os direitos previstos na legislação trabalhista.

¹²Casos de exploração da mão de obra não são incomuns, mesmo no caso de regiões mais desenvolvidas do RS, como é o caso da Serra Gaúcha. Em 2017, segundo fontes locais (Jornal Pioneiro), foram 15 denúncias nas zonas rurais de Caxias do Sul, Cambará do Sul, Vacaria, Antônio Prado, Ipê e São Francisco de Paula durante a colheita de diversos produtos (melancia, maçã, cebola, batata, etc.).

acompanhamento constante do pessoal recrutado para o trabalho e substituindo-os, quando necessário. Segundo o turmeiro entrevistado: “tem muita gente boa para trabalho, mas também tem gente ruim”, referindo-se à gestão de pessoal que corre sob sua responsabilidade.

Entre os produtores de pêssego resta o entendimento de que os peões de Santaninha são bons profissionais, pessoas simples, vistas inclusive como ingênuas, desconfiadas e ‘chucas’. Esse aspecto se insere dentro do universo de representações e da distância cultural entre indivíduos de origem bastante distinta. De um lado, o produtor de pêssego, descendente de imigrantes europeus (alemães, italianos, pomeranos, franceses) que construiu a própria imagem de empreendedor e integrado, em maior ou menor grau, aos mercados locais. De outro, o típico caboclo do sul do país que pratica uma típica agricultura de subsistência e/ou uma pequena produção pecuária. O depoimento de um dos produtores ressalta sua visão sobre estes trabalhadores:

Um nunca tinha vindo e gostou, o filho queria vir também. Se eu ganhasse assim lá eu tava rico, pegam R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 e compram moerão e colocam mais gado. São pessoas humildes, são pessoas que estão acostumadas com a roça, qualquer serviço em qualquer lugar. Não gostam de serviço fixo, gostam de ficar aqui e ali, não é salário fixo que eles querem, a carteira tem muito desconto, salário mínimo é muito pouco, não tem estudo, fazem este tipo de serviço.

Um pomar de pêssego, quando bem conduzido, demanda serviços especializados (poda, raleio) e não especializados (colheita) para assegurar um resultado econômico satisfatório. Um fruto perecível como o pêssego demanda cuidados e está sempre sujeito aos efeitos das intempéries climáticas:

Este ano tinha serviço, mas não tinha gente. A tecnologia está aí, mas o pêssego não espera, se tiver que colher hoje tem que colher. A poda de verão faz agora [fevereiro], para ralear a árvore, depois tem a outra poda para frutificação, para tirar por dentro para não pegar sol. Isso a família faz e mais um que saiba, dois faz tudo. O raleio é pouco tempo, mas a colheita é mais rápida ainda, pois não pode perder, quando chega a colheita já se gastou tudo o que tinha que gastar até ali. Quanto mais gente tivesse para colher, melhor seria. Perdi umas 5 toneladas no ano passado, porque não tinha gente e veio chuva, se colhe mesmo com chuva.

As dificuldades em torno à garantia de qualidade e disponibilidade de mão de obra externa são vistas como um fator que limita a expansão dos pomares. As famílias são muito menores se comparadas com tempos pretéritos, assim como a oferta de trabalhadores rurais dispostos a atuar na safra. Diante desse cenário, os produtores se esforçam por construir relações de confiança com os peões. Um dos entrevistados acrescenta: “nós temos sorte que os funcionários de casa não têm perigo, não assina nada. Não tem nada, tudo numa boa. Se colocar na justiça, daí complica. Os podadores são sérios, são sempre os mesmos”.

Todavia, outro produtor lembra que já tiveram problemas em relação ao pagamento, “um ano buscamos lá da vila¹³, não demos recibo, daí vieram de novo, há uns quinze anos, tivemos que pagar de novo”. O recibo de pagamento funciona como materialização de um acerto informal entre contratante e contratado. Não obstante, pelas razões anteriormente expostas, pouco espaço há para regularizar uma relação que funciona na total invisibilidade do ponto de vista legal. Essa situação é diferente no caso dos pomares familiares de maior porte e

¹³A menção que faz o produtor ao trabalhador da vila evidentemente não corresponde ao povo de Santaninha, mas a trabalhadores que vivem na zona rural de Pelotas e que sobrevivem à custa de biscates e de programas sociais.

que contam com trabalhadores permanentes. Todavia, mesmo nesses casos tem-se o emprego de peões na colheita, sendo que a situação descrita é exatamente a mesma, ainda que envolva, nestas circunstâncias, a intermediação do turmeiro, responsável também por gerenciar os trabalhadores, administrar eventuais conflitos e controlar a qualidade dos serviços prestados.

A etapa de campo realizada em Santana da Boa Vista permitiu não apenas conhecer a realidade de onde procede boa parte dos peões empregados nos pomares de pêssego de Pelotas, mas também o ponto de vista dessas pessoas a respeito de quem as contrata. A fala do turmeiro exalta as virtudes dos colonos de ascendência alemã e italiana que exploram terras que, não raras vezes, são de qualidade inferior às de Santana.

Ali é uns produtor, nós mesmo se maldizemos para nós mesmo, que brasileiro mesmo é muito preguiçoso, [que] trabalhador é só alemão e italiano. Eles morre é no serviço. E ali é uma região que morre no serviço. E outra coisa é a mulher também, ali tudo trabalha parelho. Eles trabalham parelho, não tem sacrifício. É parelho, vai um, vai o outro. A casa é só para almoçar e pousar de noite. É uma coisa incrível.

Um ponto em comum entre os produtores e trabalhadores rurais foi o amor pela atividade rural, “gosto pelo o que se faz”. Não evidenciam desejo de migrar à cidade e relatam que não saberiam viver em grandes centros.

Foi perguntado a eles sobre a satisfação com o trabalho, para um dos trabalhadores rurais “não é que a gente gosta, é a precisão que manda. Mas não é ruim, a gente se diverte por este mundo afora”. Segundo outro trabalhador, ao ser questionado sobre o que poderia melhorar, relata que está tudo ótimo, não teria nada que poderia mudar. Seu filho, de dezoito anos, já começou a trabalhar na colheita do pêssego, então foi questionado sobre as perspectivas de futuro, entende, ainda, que o filho irá seguir a mesma profissão, atuando como produtor e trabalhador itinerante.

Tanto em Santana da Boa Vista quanto em Pelotas, os trabalhadores itinerantes, em geral, possuem alguns hectares destinados ao autoconsumo e a comercialização de pequenas quantidades de milho e feijão, frutas e verduras. A criação de animais é a principal atividade econômica. Todavia, não mostram intenção de expandir a produção ou deixar de ser trabalhador para viver exclusivamente como produtor rural: “assim nós temos nossa safra garantida, não tem erro”, segundo um dos trabalhadores, referindo-se ao risco que teria em produzir alimentos para a comercialização, preferindo a prestação de serviço.

Não se vislumbram expectativas de mudança do cenário observado em Santana da Boa Vista. Uma das grandes dificuldades parece estar na fragilidade do tecido social e de indícios de cooperação no sentido de buscar alternativas econômicas factíveis. A venda da força de trabalho rural nos pomares de pêssego, nas atuais circunstâncias, é a que melhor assegura a reprodução social destas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pêssego é uma atividade de grande importância econômica e social para os municípios do extremo sul gaúcho. No caso específico de Pelotas, representa um dos esteios que suportam a tradição cultural construída por uma cidade conhecida como a capital nacional do doce. Nesse contexto, a indústria de compotas de Pelotas tem origens eminentemente rurais, situação que se modifica radicalmente durante os anos 1970 com o advento das grandes empresas que se agigantam por força dos generosos incentivos fiscais e creditícios concedidos pelos poderes públicos durante o auge da ditadura militar (1964-1985).

Não obstante, nas décadas subsequentes o setor conserveiro atravessa diversas crises, sendo que muitas empresas acabam fechando suas portas, deixando os produtores de pêssego num mar de incertezas e prejuízos após ingentes investimentos realizados nos pomares e na esteira da intensificação e especialização que acompanhou as décadas precedentes.

A questão da mão de obra se insere no elenco de dificuldades enfrentadas pelos persicutores que seguem ainda produzindo pêssego. Nessa pesquisa, nossa atenção esteve dirigida não somente no sentido de trazer à tona a natureza das relações que contraem com os peões empregados nas principais operações do ciclo produtivo, mas a importância desse aporte extra e essencial de trabalho para o funcionamento das propriedades e para assegurar um resultado econômico satisfatório para os persicutores.

Do ponto de vista epistemológico, a investigação permitiu comprovar os grandes eixos que suportam o referencial chayanoviano enquanto ferramenta de interpretação da dinâmica da agricultura familiar. Chayanov nos instiga a examinar a morfologia da unidade camponesa de produção, um tipo de exploração no qual as necessidades de consumo fazem com que a família imprima um ritmo de autoexploração. Entretanto, essa mesma família, em determinadas etapas do ciclo produtivo, ou de sua respectiva trajetória, vê-se na contingência de ‘comprar’ mão de obra externa, contratando trabalhadores eventuais. Esse precisamente é o caso do objeto desta pesquisa centrada nas relações construídas entre persicutores e trabalhadores externos. Ademais, esta mesma família, para manter a condição “camponesa”, pode, eventualmente, buscar fontes externas de ingresso econômico.

Sendo assim, para atender às suas necessidades de consumo os produtores imprimem um ritmo de autoexploração que pode supor, inclusive, a venda da própria força de trabalho, bem como a adoção de outras estratégias que configuram situações típicas do que hoje se conhece como pluriatividade. Nesse contexto, a contratação de peões não altera a lógica de funcionamento destas explorações que não almejam alcançar um rendimento financeiro elevado, mas, sim, alcançar um volume de ingresso econômico que lhes garanta a reprodução social da família.

A energia despendida neste estudo esteve dirigida não somente no intuito de trazer à tona as razões que conspiram para a “invisibilidade” da relação contraída entre persicutores e peões, como também no sentido de mostrar a importância da agricultura familiar na geração de emprego e renda no meio rural. Decididamente, tais explorações não são “ilhas isoladas” e que bastam a si mesmas. A investigação, ora concluída, mostrou essa faceta, assim como os esforços dos produtores em persistir, mesmo sob o impacto de um cenário invariavelmente adverso.

AGRADECIMENTOS

O segundo autor agradece ao CNPq pela concessão de produtividade ao segundo autor (processo nº 305086/2018-9), mas também à CAPES por viabilizar sua atuação como Professor Visitante Sênior (processo nº 88887.363956/2019-00), sob a égide do programa institucional de internacionalização da UFPel (CAPES-PRINT-UFPel), junto ao Instituto de Estudos Sociales Avanzados de Espanha (IESA), ligado ao Consejo Superior de Investigación Científica. O terceiro autor do trabalho agradece à CAPES pela concessão de bolsa através do Programa Nacional de Pós-Doutorado (processo nº 88882.306704/2018-1)

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 32, p. 69-74, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.
- ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. **Extensão Rural** (Santa Maria), v. 21, p. 94-116, 2014.
- BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; SILVA, J. G.; BELIK, W. Transformações tecnológicas e a força de trabalho na agricultura brasileira no período 1990-2000. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 23-40, 2002.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p. 17-36.
- BETEMPS, L. R. Aspectos da Colonização Francesa em Pelotas. **História em Revista**, Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, Pelotas, v. 5, p. 1-12, 1999.
- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). **Requisitos para enquadramento no PRONAF**. Disponível em <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-requisitos>> Acesso em: 07 abr. 2020.
- BRASIL. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Diário Oficial da União**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm> Acesso em: 05 abr. 2020.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S.; BEZERRA, A. J. A. Agricultura familiar e previdência social: implicações de uma política pública no Rio Grande do Sul. **Raízes** (UFPB), v. 30, p. 84-99, 2010.

CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 52-66, 2009.

CASTRO, L. A. S. **Sistema de produção de material propagativo de pessegueiro com alta sanidade**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2008.

COSTA, J. B. **Processos participativos na construção da agroecologia**: estudo de caso da ARPASUL. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JUNIOR, J. C. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil** (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural). Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Penso, 2006.

EMATER/RS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul. **Produção de pêssego tipo indústria e mesa**: Safra 2016/2017 em municípios produtores do sul do Rio Grande do Sul. Levantamento para trabalho de campo. Pelotas, 2017.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cultivo do pessegueiro**: Importância Econômica. EMBRAPA Clima Temperado. Sistema de produção 4. Versão Eletrônica, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/pessego/catalogo/REC000gsrs7d4a02wx7ha087apz2qq48nej.html>> Acesso em: 05 abr. 2020.

FIGARO, R. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, v. 16, n. 2, p. 124-131, 2014.

FROEHLICH, J. M.; RAUBER, C.; CARPES, R. H.; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural** (UFSM. Impresso), v. 41, p. 1.674-1.680, 2011.

GOODMAN, L. Snowball Sampling. In: **The Annals of Mathematical Statistics**, v. 32, p. 148-170, 1961.

GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise**: o caso da “colônia francesa” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão? **Revista Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf> Acesso em: 05 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas produção de pêssego**. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Busca?q=p%C3%AAssego>> Acesso em: 21 ago. 2017.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia do PPGS/UFRGS**, v. 6, p. 51-75, 1994.

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PEÑAFIEL, A. P. P. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

REICHERT, L. J.; RASEIRA, M. C. B.; SCARANARI, C. **Relatório de avaliação dos impactos das tecnologias geradas pela EMBRAPA**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (SEPLAN). **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul: economia: pêssego e banana - 2017**. Disponível em <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/pessego-e-banana>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SALAMONI, G. **Produção familiar integrada ao C.A.I. brasileiro: a produção de pêssego no município de Pelotas - RS**. 1992. 458 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1992.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SENNA, A. J. T.; DEWES, H.; PADULA, A. D.; KOLLER, O. C. Fatores para emergência dos sistemas de produção frutícola: o caso da produção de pêssego no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. In: SENNA, A. J. T. **Fatores determinantes da emergência dos sistemas de produção frutícola**. 2007. 101 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVEIRA, R. L. L. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 23-40, 2015.

TORRES, O. Fruticultura no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Colóquio: Revista do Desenvolvimento Regional [das] Faculdades Integradas de Taquara/RS**, v. 11, n. 1, p. 93-119, jan./jun. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura** [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro/CPDA, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, p. 87-146, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** [da] Universidade Federal do Rio de Janeiro/CPDA, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, p. 42-61. 2003.